

PROJETOS URBANOS E FORMAÇÃO DA CIDADE OITOCENTISTA

O frontispício de Salvador e seu impacto na paisagem urbana da cidade no século XIX

BAETA, Rodrigo Espinha
CARDOSO, Luiz Antonio Fernandes

Resumo

Muitos foram os elementos que contribuíram para configurar a paisagem urbana de Salvador, bem como marcaram o desenvolvimento da sua cenografia urbana até finais do século XIX. A conjugação de alguns fatores que conformaram a imagem da cidade promoveria um equilíbrio plástico coerente que caracterizaria os panoramas urbanos desfrutados da Baía de Todos os Santos. Entre os elementos de maior relevância na constituição da paisagem da primeira capital brasileira, se destacam as vistas da encosta de Salvador (o frontispício da cidade) tomadas do mar ou da Cidade Baixa. O visitante que adentrava a Baía de Todos os Santos e desembarcava em seu núcleo central pelo porto, podia se deleitar com o surgimento da área densamente habitada através da aparição do imponente frontispício, tendo seu ponto culminante na altura do Forte de São Marcelo – alguns quilômetros após a idílica experiência de vislumbrar as fortificações que marcavam a entrada da baía. Na parte baixa, os diversos cais – com destaque para os conjuntos de arquitetura regular do Cais da Farinha e do Cais das Amarras, bem como a sequência de edificações do Cais Dourado (mais à frente) – contrastavam com a massa verde da encosta do núcleo central, por sua vez coroada pela movimentada linha horizontal formada pelos fundos irregulares das construções encravadas no alto da falésia. Em meio a este panorama destacava-se, na parte superior do frontispício, a antiga Catedral da Sé com sua fachada monumental voltada para o mar, como a principal protagonista de um cenário que reafirmava o papel da cidade como símbolo privilegiado do poder da fé. Outros edifícios religiosos também apareceriam – ao menos parcialmente –, com suas torres voltadas de frente ou de costas para a baía, não ameaçando, contudo, a presença hegemônica da antiga catedral assentada no ponto médio do trecho mais densamente edificado.

Palavras-chave: Salvador. Cidade Baixa. Frontispício. Paisagem e Cenografia Urbana.

Abstract:

Many were the elements that contributed to set the urban landscape of Salvador and marked the development of its dramatic scenery until the late nineteenth century. The conjunction of several factors that shaped the image of the city promotes a coherent plastic balance that characterizes the panoramas to be enjoyed from Baía de Todos os Santos. Among the most relevant elements in the constitution of the landscape of Brazil's first capital are the views of the slope (the city's frontispiece), taken from the sea or from Cidade Baixa. A visitor entering Baía de Todos os Santos and landing in its core through the harbour was able to enjoy the emergence of a densely populated area through the appearance of the impressive frontispiece, with its peak at Forte de São Marcelo – a few miles after the idyllic experience of glimpsing fortifications that marked the entrance to the bay. In the lower part of the city, the various piers – with particular focus on the regular architecture sets of Cais da Farinha and Cais das Amarras, as well as the set of buildings from Cais Dourado, further ahead – contrasted with the green mass of the core's slope, which in turn was crowned by a busy horizontal line formed by the irregular outlines of constructions built high up on the cliffs. Amidst this scenario, the Catedral da Sé stands out at the top of the frontispiece with its monumental façade facing the sea, the main protagonist of a scenario which reaffirmed the city's role as a privileged symbol of the power of faith. Other religious buildings would also appear – at least partially – with its towers facing the bay or the opposite direction, but without threatening the hegemonic presence of the old cathedral seated at the midpoint of the most densely built stretch.

Keywords: Salvador. Cidade Baixa. Frontispiece. Landscape. Urban Scenography.

Introdução

Este artigo tem como tema a constituição da paisagem urbana da cidade de Salvador – primeira capital das possessões portuguesas nas Américas e mais antiga povoação urbana fundada já com o *status* de “cidade”, no primeiro século de existência da colônia lusitana. A análise a ser empreendida se limitará à área central do núcleo urbano e contemplará um recorte temporal que se estenderá da sua fundação, em 1549, até finais do século XIX. Neste contexto, interessa particularmente o papel do frontispício da cidade na constituição de sua paisagem urbana, e como seu teor dramático se preserva e se potencializa ao longo dos oitocentos.

Salvador ao tempo de sua fundação

A vida urbana não teria surgido nas Américas após a chegada, nas ilhas do Caribe, do navegador genovês Cristóvão Colombo. Inúmeros aglomerados populacionais, ligados às mais diversas e desenvolvidas civilizações nativas, já despontavam ao longo do cenário americano pré-hispânico, como importantes assentamentos humanos com indiscutíveis características urbanas, configurando conjuntos monumentais complexos e heterogêneos, ligados a poderosos grupos autóctones organizados – núcleos que, indubitavelmente, poderiam ser identificados como “cidades”. Contudo, as conquistas do México e do Peru, empreendidas por Cortés e Pizarro, puseram um abrupto fim ao processo de desenvolvimento urbano posto em prática pelas civilizações da América pré-colombiana. Em termos gerais, pode-se dizer que estas nucleações urbanas ancestrais influíram pouco no posterior projeto de ocupação do território conquistado, resultando em um processo baseado, essencialmente, na fundação de cidades de matriz europeia como mecanismos de exploração de vastos territórios.

Se nestas regiões – já ocupadas por civilizações avançadas que se desenvolviam há milênios e onde já existiam fortes tradições arquitetônicas – a transferência de princípios construtivos e urbanísticos da Espanha metropolitana encontrou, através de uma imposição vertical do *modus operandi* europeu, espaço de disseminação e assimilação, dando às nucleações hispano-americanas uma imagem fortemente marcada pela influência peninsular, esse mesmo processo no Brasil, na época de domínio português, parece ter sido ainda mais direto e implacável. Afinal, não se pode perder de vista que – ao contrário dos atuais territórios do México, da Guatemala, de Honduras, Peru, Equador, Bolívia – no Brasil inexistia qualquer vestígio de uma cultura urbana pré-portuguesa, assim como de

tradições arquitetônicas e construtivas mais sofisticadas (ou mais elaboradas) que as engenhosas formas indígenas de edificação em cipó e palha. Se as edificações e aldeamentos indígenas eram capazes de responder às necessidades de construção de abrigos efêmeros adequados aos modos de vida dessas populações, não se pode esquecer que os índios ainda estavam imersos – do ponto de vista da cultura material – no mundo neolítico.

Sendo assim, essas formas de edificar não atenderiam aos anseios de um projeto colonizador que demandava a fixação de colonizadores europeus para garantir a posse do território e a potencialização da exploração das riquezas da terra. Ou seja, para a construção das cidades luso-brasileiras e das suas edificações – aqui se tratando mais especificamente das Cidades Reais, ou seja, daquelas que desempenhavam funções estratégicas no plano da administração portuguesa – não havia nenhum exemplo local a ser seguido, aproveitado ou mesmo confrontado pelos saberes fincados na metrópole, que então encontravam novos campos de expansão.

Logo, a cidade de Salvador nasceria *ex novo*, fruto de uma medida político-administrativa da Coroa Portuguesa que fazia parte de um processo de superação da primeira fase de ocupação pré-urbana, então vivenciada no Brasil, através do desenvolvimento de um novo projeto civilizador visando à transformação deste vasto território em um Estado. Fundada em 1549, para ser a capital do Brasil e com objetivos de assegurar a proteção do litoral contra invasões estrangeiras e de estruturar político-administrativamente o funcionamento da colônia depois da falência do sistema das Capitanias Hereditárias, a cidade se consolidará no final do século XVI como o maior núcleo urbano construído em território brasileiro, até então, bem como um centro comercial de grande importância, vinculado à exportação de açúcar e à importação de alguns produtos manufaturados, além de alimentos, função que caracterizará a sua história durante todo o período colonial.

Salvador será fruto de um ato pensado, em que o lado racional de todo o percurso do qual resultou evidencia-se no chamado Regimento de Tomé de Souza, primeiro Governador-Geral do Brasil, elaborado pelo Rei D. João III, em 1548. Em função da sua significação simbólica como sede do poder português na América, e da sua consequente articulação mais direta com a metrópole, é possível observar na sua configuração urbana uma clara transposição de parâmetros ou elementos estético-construtivos de viés metropolitano. Assim, a fundação da cidade

assumirá grande importância em diversos planos, visto que representará uma experiência urbanística inovadora para o mundo lusitano, na medida em que marcará, no universo do projeto colonizador português, a transição para uma nova era: pela primeira vez na história era transplantada, para além-mar, “[...] uma capital inteira” (MOREIRA, 2001).

Entre as incumbências prescritas no regimento de Tomé de Souza cabia a construção da cidade em local estratégico, de modo a atender ao papel que lhe estava determinado. A Baía de Todos os Santos, uma das maiores do mundo, situada praticamente a meio caminho entre os limites norte e sul do litoral do Brasil, configurava-se na localização mais indicada para tal fim.

Apesar da existência de uma povoação precedente – a Vila Velha do Pereira, antiga sede da Capitania da Baía de Todos os Santos, localizada no sítio conhecido atualmente como Porto da Barra – Tomé de Souza e Luís Dias,¹ seguindo recomendações explicitadas no citado Regimento, apenas a utilizou como base das operações. Na verdade, depois de estabelecidos em terra, escolheram uma área situada mais para o interior da baía, onde a tranquilidade das águas e a existência de um amplo platô, a mais ou menos 65 metros de altura, atenderiam de modo mais pleno às prescrições do Regimento, além de possibilitarem a construção da cidade em dois níveis – uma Cidade Alta, destinada às zonas residenciais e administrativas, e a Cidade Baixa, voltada basicamente para as atividades portuárias –, reproduzindo um modelo comum à tradição urbanística portuguesa.

Com exceção da face oeste, que estava voltada para a encosta e o mar, todo o recinto da Cidade Alta era cercado por muros, contando com dois acessos principais por terra – um ao norte e outro ao sul –, onde a circulação era controlada. Assim, assegurava-se a defesa do burgo por terra, principalmente das possíveis invasões dos nativos que tentavam, em vão, evitar a ocupação do seu território primitivo. Contudo, pouco tempo depois da fundação da cidade, os religiosos jesuítas (1551), carmelitas (1586) e beneditinos (1582) se implantaram fora dos limites murados, buscando dar maior eficiência aos trabalhos de catequização do gentio e impulsionando

rapidamente a expansão da área urbanizada para o sul (beneditinos), e principalmente para o norte, onde se estabelecerão os jesuítas e os carmelitas.

É especialmente na parte elevada do sítio escolhido para cidade onde pode ser observado o grande esforço de organização que permeará a implantação do núcleo urbano, reafirmando o pleno domínio da Coroa portuguesa na sua colônia americana. Não restam dúvidas quanto à relativa regularidade formal do traçado desde os seus primeiros anos de fundação, quebrada apenas pela configuração posterior de alguns bairros periféricos, surgidos em torno de estabelecimentos conventuais que foram implantados fora do perímetro murado da nucleação, a partir de 1580. É certo que este traçado, tendente à ortogonalidade, não poderia ser comparado com a obsessiva regularidade que seria desenvolvida, mesmo antes da fundação de Salvador, no processo de criação de dezenas de cidades na América hispânica – particularmente os núcleos urbanos concebidos como quadrículas rigorosamente homogêneas e cartesianas.² Em outra direção, o plano preconcebido para a primeira cidade brasileira, imaginada para ser a “cabeça do Brasil” no Novo Mundo, deixaria margens para adaptações às características topográficas e morfológicas do sítio, como se pode observar nas peças da iconografia mais antiga da cidade de Salvador³ – e mesmo nos registros atuais da área correspondente ao “Centro Histórico”. É claramente perceptível uma nítida adequação das vias e quarteirões à irregularidade do relevo do terreno escolhido para implantação do núcleo urbano, resultando não apenas na definição de quarteirões quadrados ou retangulares de dimensões mais ou menos padronizadas, mas também de outros com formas trapezoidais ou mesmo seguindo polígonos mais complexos, com tamanhos variados.

Contudo, a maior flexibilidade do traçado não seria apenas decorrência da implantação da cidade em uma zona de topografia bastante

1. Embora tenha sido o mestre construtor, responsável pela implantação da cidade, possivelmente, Luis Dias foi apenas um executor, seguindo um projeto – composto de traças e desenhos – de autoria de Miguel de Arruda, arquiteto-mor das obras reais, em Portugal e todo o império. Sobre esse assunto recomenda-se a leitura do artigo de autoria de Rafael Moreira (2001), “O arquiteto Miguel Arruda e o primeiro projeto para Salvador”.

2. Segundo Nicolini (2005, p. 29), o delineamento regular das cidades fundadas pelos espanhóis no Caribe, na Mesoamérica, nas Américas Central e do Sul aspiraria, gradativamente, a um esquema cada vez mais rigoroso, culminando na realização de um modelo de cidade que apresentará uma organização absolutamente cartesiana: a cidade projetada de forma quadrangular, com quarteirões e plaza mayor quadrados, assim como lotes urbanos também quadrangulares – fruto da divisão das quadras em quatro solares de idênticas dimensões.

3. As mais remotas plantas de Salvador de que se tem conhecimento datam do início do século XVII, tendo em vista que as suas “traças” originais (que orientaram Tomé de Souza e Luís Dias na construção da cidade) desapareceram sem deixar registro.

movimentada e acidentada, bem como da clara dificuldade de adaptação de uma trama regular nestas circunstâncias.⁴ Seu idealizador (provavelmente o arquiteto português Miguel de Arruda) seguia uma tradição lusitana que não privilegiava a geometria aprisionada e inflexível dos *damos* implantados nos territórios espanhóis do Novo Mundo. Na verdade, a tradição de fundação e planificação de cidades empreendida pelos portugueses aceitava as adaptações necessárias para um mais apropriado processo de desenvolvimento do assentamento urbano – pelo menos nos séculos XVI e XVII. No que se refere à constituição da paisagem citadina, antes de ser um retrocesso no sentido inabalável de ordenação – que pode ser capturado em uma cidade como Lima, por exemplo –, esta maior flexibilidade contribuirá, imensamente, para a geração de significativos e fascinantes panoramas, resultantes da constituição de cenários ricos em dinamismo e dramaticidade, capturados dentro do seu ambiente urbano.

O desenvolvimento urbano da cidade

A partir dos anos sessenta, ainda no século XVI, o cultivo da cana se expandirá, praticamente, por toda a zona úmida litorânea que margeava os rios do Recôncavo Baiano, tendo em vista as condições de solo e clima das mais favoráveis e a abundância de água e madeira, fundamentais ao processo de fabricação do açúcar.⁵ O açúcar produzido na região era exportado por Salvador que, conseqüentemente, ao final do mesmo século, acabará se consolidando como o mais importante porto da colônia. O plantio de tabaco em outras áreas da circunvizinhança e sua exportação, a partir do século XVII, dará ainda mais dinamismo ao porto da capital que, a essa altura, era também um grande centro importador dos mais variados produtos. Salvador permanecerá durante muitos anos como o único entreposto de gêneros alimentícios e produtos manufaturados trazidos de Portugal e também como o maior mercado de escravos africanos do país.

Como centro econômico e político, Salvador passou a influenciar um grande território, contando especialmente com o seu comércio para

se relacionar e dirigir um vasto espaço regional. Toda a produção de uma grande área convergia para o centro urbano e daí partia para outros horizontes, exportada através do seu porto, ficando um pequeno excedente na cidade para o atendimento das demandas locais. Esse era o caso não só do açúcar e do tabaco produzidos no Recôncavo desde os dois primeiros séculos, mas também do algodão, do couro, do café e do ouro, que passaram a ser trazidos do interior, principalmente a partir do século XVIII.

O dinamismo da economia local também transparecia na estrutura físico-urbana da cidade que, inicialmente, na sua parte alta era limitada a um trapézio amuralhado, grosso modo, edificado entre a Misericórdia, a Praça Castro Alves, os arredores da atual Rua Rui Barbosa e o trecho da encosta. No entanto, já nos primeiros anos subsequentes à sua fundação, a cidade ultrapassou esses limites em direção ao norte, ocupando novas áreas em torno do Terreiro de Jesus, configurando, ainda no final do século XVI, uma malha urbana aproximadamente três vezes maior que a da mancha matriz construída por Luís Dias (Figura 1).

As áreas incorporadas também foram protegidas por muros, que circundavam todo o sítio urbanizado, com portas fortificadas nos acessos norte e sul – respectivamente Portas do Carmo, onde atualmente encontra-se o Largo do Pelourinho, e Portas de São Bento, situadas no local da Praça Castro Alves (Figura 2). Complementava esse sistema defensivo a existência de alguns baluartes em pontos estratégicos do perímetro murado, além de dois fortes edificados nos arredores: Santo Antônio da Barra, na entrada da baía, e Monte Serrat, na área mais ocidental da Península de Itapagipe – ambos construídos, em uma primeira versão, ainda no século XVI.

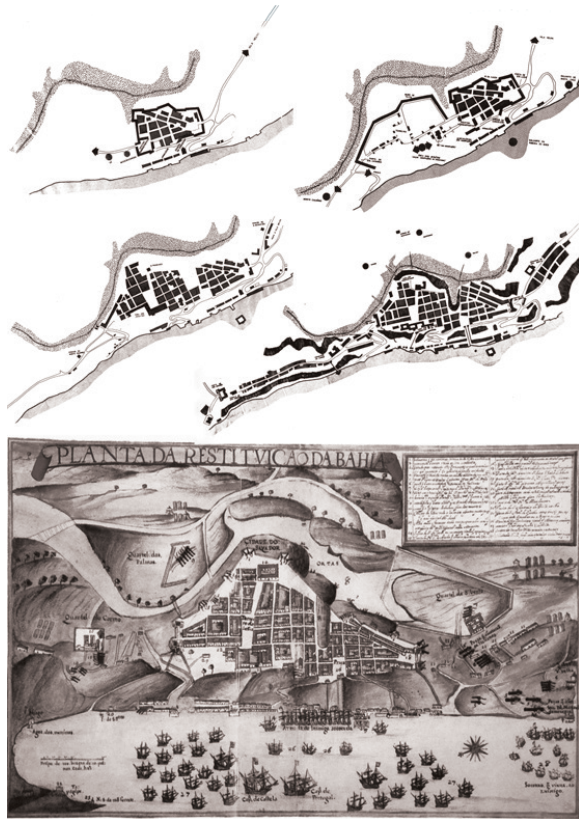
A geografia do sítio contribuirá para que a distribuição dos usos comerciais, residenciais e administrativos se estruture a partir de dois eixos quase paralelos – separados entre si pelo grande desnível da encosta – e assim definidos: na Cidade Baixa, ou Bairro da Praia, praticamente em uma única via ao longo do mar, entre a Preguiça e a parte baixa da Ladeira do Taboão, concentrava-se o grosso das edificações destinadas às atividades comerciais, distribuídas em armazéns, trapiches e similares; na Cidade Alta, em outro eixo também paralelo ao mar, articulavam-se os principais edifícios relacionados às atividades religiosas e administrativas.

Contudo, cabem aqui algumas considerações acerca desses eixos. Primeiramente, não se

4. Este princípio de adaptação estava claramente explicitado no Regimento de D. João III – também chamado Regimento de Tomé de Souza – que determinou e norteou a construção da cidade.

5. Embora inicialmente de consumo restrito à nobreza da época, logo o açúcar passa a fazer parte da alimentação de amplas camadas da população, constituindo a sua produção em um verdadeiro filão aurífero que viria justificar os vultosos investimentos necessários à sua fabricação.

Figura 1: Evolução física da cidade de Salvador.



Acima: conjunto de plantas elaboradas pelo Centro de Estudos de Arquitetura da Bahia (CEAB) demonstrando o desenvolvimento do traçado da cidade. A primeira planta marca o ano de 1551, coincidindo com o plano levantado por Luis Dias. A segunda restitui o ano de 1553, e revela a ampliação do sistema defensivo na direção norte. A terceira, de 1580, demonstra a expansão do sistema viário para norte, com o foco central no Terreiro de Jesus. A última mostra a cidade em 1650, já alcançando as áreas do Mosteiro de São Bento (sul) e Forte de Santo Antônio Além do Carmo (norte).

Abaixo: Planta da restituição da Bahia, confeccionada em 1631, pelo cosmógrafo português João Teixeira Albernaz. Nota-se, à direita, o primeiro trapézio que marcava a área inicialmente urbanizada – que finalizava na altura da Praça do Palácio, assinalada com o número 16. À esquerda, aparece a grande ampliação, que se configurará nas décadas subsequentes à fundação. Em destaque, o conjunto formado pelo Terreiro de Jesus e Largo de São Francisco.

pode deixar de registrar que no eixo correspondente ao Bairro da Praia também havia residências, além de aí se encontrar um dos mais antigos e importantes templos religiosos da cidade: a Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Praia. As atividades comerciais aí agrupadas deviam ser prioritariamente aquelas relacionadas diretamente às importações e exportações que se viabilizavam através do porto. Por sua vez, o eixo de articulação das principais atividades religiosas e administrativas e a sua vizinhança, na Cidade Alta, também não excluía a presença de

residências e da atividade comercial – quer fosse através das feiras que aconteciam nos largos e praças aí existentes, quer fosse através da instalação de lojas comerciais. Estas atividades se agrupavam, especialmente, no prolongamento do citado eixo, tanto no sentido norte (pela via que ligava o Terreiro de Jesus às Portas do Carmo), quanto no sentido sul (a partir da Rua Direita do Palácio que ligava a Praça do Palácio às Portas de São Bento) – onde “[...] concentravam-se as casas comerciais mais importantes, as residências dos mais proeminentes cidadãos e diversos edifícios de serventia pública, situação que a colocava como a via de trânsito principal no recinto entre portas e nos acessos externos” (SIMAS FILHO, 1998, p. 90).

A área comercial da Cidade Baixa

Cerca de cem anos depois de fundada, a malha urbana da cidade tinha incorporado novas áreas, tornando-se a segunda cidade do Império Português e perdendo em população e importância apenas para Lisboa. Com a superação do perigo das invasões estrangeiras e a restauração da Coroa Portuguesa, submetida à monarquia espanhola de 1580 a 1640, teve início a reconstrução e ampliação de importantes edifícios públicos e religiosos, antes precariamente edificadas. Nesse mesmo século, expandindo significativamente o número de templos católicos já existentes, começa a edificação de novas igrejas e dos mais monumentais solares legados pela colônia. Praticamente data do mesmo período a maior parte dos monumentos arquitetônicos existentes no “Centro Histórico” de Salvador – monumentos que viriam caracterizar a dramática e pujante paisagem da cidade que se manteria em pleno equilíbrio e afirmação até finais do século XIX.

Muitos foram os elementos que contribuíram para configurar a paisagem urbana e marcaram o desenvolvimento da sua cenografia dramática até finais do século XIX. A conjugação de alguns fatores que conformaram a imagem da cidade promoveria um equilíbrio plástico coerente que caracterizaria os panoramas que serão desfrutados da Baía de Todos os Santos, das ladeiras e vias da povoação. Entre os elementos de maior relevância na constituição da paisagem da primeira capital brasileira, se destacam as vistas da encosta de Salvador (o frontispício da cidade) tomadas do mar ou da Cidade Baixa – a área comercial, como já foi dito.

A atividade comercial teve presença expressiva em Salvador. Diversos viajantes observarão que o comércio era uma atividade econômica bastante significativa nas ruas da cidade,

Figura 2: *Urbs Salvador*. Planta elaborada na época da ocupação holandesa (provavelmente 1625) de autor desconhecido – publicada, posteriormente, em 1671, no livro *De Nieuwe en Onbekende Weereld*, do holandês Arnoldus Montanus. É possível perceber a cidade se desenvolvendo acima da falha geológica, bem como a cinta murada de proteção construída no sentido leste. Logo após, aparece o dique dos holandeses, aberto no lugar do Rio das Tripas, atual Baixa dos Sapateiros.



Fonte: Reis Filho (2000, p. 28).

especialmente nas imediações do porto, onde também se registrava a existência de inúmeras iniciativas ligadas à prestação de serviços (PYRARD DE LAVAL, 1862, p. 227). Observações sobre a importância do comércio na Bahia, de maneira direta ou indireta, eram sempre feitas por estrangeiros que estiveram em Salvador ao longo do século XVII, chegando William Dampier,⁶ em 1699, a afirmar que a cidade era de notável comércio, após registrar em seu porto “[...] mais de trinta navios que traficavam com a Europa, afora os barcos que negociavam com a África e os que faziam o transporte para outras praças brasileiras” (RODRIGUES, 1970, p. 31).

Como a ligação da cidade com a sua *hinterland* se dava, principalmente, a partir da navegação na Baía de Todos os Santos, mesmo grande parte do comércio de gêneros alimentícios tendia a se concentrar nas proximidades da zona portuária, situação que irá perdurar até os anos

6. Corsário e navegador inglês, William Dampier (1652-1715) participou de “[...] viagens de pirataria e serviu ao almirantado inglês em navegações de descobrimento e exploração”. Em março de 1699, Dampier esteve na Bahia, onde permaneceu por um mês em viagem oficial, comandando o *Roebuck*, um navio da frota regular da coroa inglesa (RODRIGUES, 1970, p. 31).

7. As maiores feiras livres da cidade (São Joaquim e Água de Meninos), assim como os principais e mais antigos mercados públicos (Mercado Modelo e Mercado do Ouro) se localizaram na Cidade Baixa.

sessenta do século XX, quando se efetivaram ligações rodoviárias mais eficientes com as zonas produtoras do Recôncavo.⁷

A consolidação desse processo de implantação da atividade comercial na Cidade Baixa se dará, inicialmente, em uma massa edificada levantada ao longo da estreita faixa de terra alinhada à praia – ainda muito rarefeita no início dos Setecentos. De fato, segundo Nestor Goulart Reis Filho (1997, p. 222), “[...] havia apenas umas poucas construções, ao pé da colina e, a seguir, o mar”. Contudo, a prosperidade do comércio nesta mesma centúria implicará a construção de diversos aterros, contribuindo para a ampliação paulatina da área urbanizada dos arredores do porto. Nestas novas áreas conquistadas ao mar, diversos conjuntos edificados se sucederão, engastados nas margens da baía, conformando modernos e imponentes cais, erguidos desde meados dos Setecentos. Estas iniciativas não só ampliarão a área deste trecho tão importante para a dinâmica econômica da cidade, como também colaborarão para tornar a arquitetura e a paisagem urbana da Cidade Baixa mais imponente e regular – especialmente para o viajante que acorria ao núcleo central através do porto, após navegar pelo interior da baía desde sua entrada anunciada pelo Forte de Santo Antônio da Barra.

Um primeiro complexo de sobrados comerciais de arquitetura homogênea será construído no aterro do denominado Cais da Farinha, em meados do século XVIII, produzindo um grande impacto para a constituição cenográfica da encosta. Esta eloquente estrutura urbana se assemelhava com um tipo de intervenção muito comum no período barroco, ação baseada no desenho de um encadeamento de edifícios idênticos, alinhados e distribuídos ao longo da calha de uma importante via ou das faces de uma praça ligada ao poder real. No caso do Cais da Farinha, a sequência de edificação estava inusitadamente voltada para o mar, bem como para a rua interna que, anteriormente, se configurava como a via que margeava a praia. Neste sentido, o complexo arquitetônico seria constituído por “[...] um conjunto de quadras, compostas com edifícios de mesmo número de andares e mesmo acabamento externo, à exceção de alguns detalhes decorativos. Os pisos e as aberturas eram nivelados entre si, de tal sorte que a impressão para o observador era a de um único prédio, em cada quadra” (REIS FILHO, 1997, p. 221).

Poucas décadas depois, estes edifícios serão sobrepostos pelo grandioso conjunto de inspiração pombalina do Cais das Amarras, levantado

em outro aterro do início dos Oitocentos (REIS FILHO, 1997, p. 226). Construído por iniciativa do Conde dos Arcos e inaugurado em 1816, este complexo urbanístico-arquitetônico correspondia a mais de dez quadras, incluindo uma praça central que acolheria o Mercado de Santa Bárbara (SAMPAIO, 2005, p. 32). Tinha como limite norte a antiga Praça do Comércio, ou Praça Riachuelo (REBOUÇAS; FILHO, 1979, p. 66), onde se localizaria o monumental edifício neoclássico da Associação Comercial – inaugurado em 1817, construído também pelo Conde dos Arcos, no local do demolido Forte de São Fernando (FERREZ, 1988, p. 46). Ao sul, complementava e finalizava o conjunto a rotunda lançada ao mar do prédio neoclássico da Alfândega, levantado em 1860 – o atual Mercado Modelo.

Fotos do século XIX mostram um conjunto arquitetônico absolutamente regular, voltado para a Baía de Todos os Santos, formado por altos sobrados de três a cinco pavimentos – construções semelhantes àquelas erguidas na Baixa Pombalina de Lisboa, após o terremoto de 1755.⁸ À frente destes, delimitando o mar, abriam-se uma rua estreita e o cais com suas escadas de acesso. Os edifícios que compunham cada quarteirão apresentavam o mesmo gabarito e uma idêntica modenatura arquitetônica, com suas marcações e ritmo das fenestração coincidentes, dando a ideia de uma única grandiosa e eloquente estrutura lançada nas quadras. Para além disto, os casarões ocupavam a totalidade do lote que se estendia por toda a largura do quarteirão; suas fachadas voltadas para o mar e para a via posterior – a Rua Nova do Comércio – receberiam igual tratamento, em arranjo que privilegiava os vazios aos cheios, como era comum neste tipo de arquitetura de raiz iluminista. Seguindo um esquema que se tornaria corrente na arquitetura da cidade após a metade do século, as fachadas laterais dos casarões de esquina tinham suas empenas arquitetonicamente tratadas com sequências de vãos – os chamados oitões.

Em um vasto trecho – de largura bem generosa – da Rua Nova do Comércio, se assinalava o confronto do conjunto remanescente do Cais da Farinha com aquele do Cais das Amarras (em lados opostos da via). Assim, nos Oitocentos, um dos segmentos mais importantes da Cidade Baixa (o atual Bairro do Comércio) se configurará através do somatório de diversas linhas de aterros e conjuntos arquitetônicos regulares, até

alcançar as edificações que se distribuíam nas margens da praia – já desaparecida neste trecho da baía.

Conclusão: O marcante frontispício da cidade e a potencialização do espírito dramático da encosta no século XIX

Estas intervenções, viabilizadas por grandes investimentos coordenados pelo poder público, demonstravam – para além do zelo com o centro comercial da cidade, que cada vez mais se consolidava com o avançar do século XIX – a importância atribuída ao mais inusitado acontecimento cenográfico de Salvador: seu frontispício. De fato, a situação geográfica particular que comandava a apreensão do núcleo central da cidade – percepção derivada do grande desnível que se revelava entre a parte alta da falha geológica e a antiga linha da praia com seus aterros sucessivos ao nível do mar – atribuía um valor paisagístico incondicional à escarpa que protegia a cidade nos primeiros séculos de ocupação.

Ou seja, o visitante que adentrava a Baía de Todos os Santos e desembarcava em seu núcleo central pelo porto podia se deleitar com o surgimento da área densamente habitada através da aparição do imponente frontispício, tendo seu ponto culminante na altura do Forte de São Marcelo – alguns quilômetros após a idílica experiência de vislumbrar as fortificações que marcavam a entrada da baía (Figura 3). Na parte baixa, os diversos cais – com destaque para os conjuntos de arquitetura regular do Cais da Farinha e do Cais das Amarras, bem como a sequência de edificações do Cais Dourado (mais à frente) – contrastavam com a massa verde da encosta do núcleo central, por sua vez coroada pela movimentada linha horizontal formada pelos fundos irregulares das construções encravadas no alto da falésia.

Em meio a este panorama destacava-se, na parte superior do frontispício, a antiga Catedral da Sé com sua fachada monumental voltada para o mar, como a principal protagonista de um cenário que reafirmava o papel da cidade como símbolo privilegiado do poder da fé.⁹ Estrategicamente situada em local elevado, daí a Sé dominava o amplo visual da Baía de Todos os Santos, ou seja, o verdadeiro elo de articulação a partir do qual podia estender sua ação pastoral ao vasto universo religioso sob sua

8. Os casarões de cinco pisos seriam mais frequentes, mas eram fruto de uma posterior ampliação de edifícios levantados originalmente com quatro pavimentos.

9. Salvador, além de capital político-administrativa da colônia, era também a sua capital religiosa, tendo sido a sede da primeira diocese (1551) e, posteriormente, arquiocese (1676) do Brasil – sendo que o arcebispo de Salvador é ainda hoje o Primaz do Brasil.

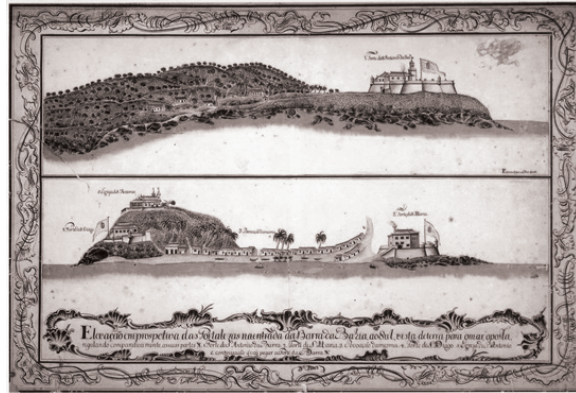
jurisdição, que chegou a compreender não só os limites territoriais da colônia lusitana em solo americano, mas também zonas de colonização portuguesa na costa africana. Outros edifícios religiosos também apareceriam – ao menos parcialmente –, com suas torres voltadas de frente ou de costas para a baía,¹⁰ não ameaçando, contudo, a presença hegemônica da antiga catedral assentada no ponto médio do trecho mais densamente edificado.

Competindo com a imagem da antiga catedral e sua imponente fachada, um último acontecimento dramático aparecerá na Cidade Alta, na parte superior do frontispício de Salvador, nas últimas décadas do século XIX: a vista desafogada da Praça do Palácio, o centro cívico da cidade. Além de sediar os dois principais edifícios ligados ao poder do Estado, a Casa de Câmara e Cadeia e o Palácio dos Governadores – monumentos que seriam gradativamente reconstruídos, ampliados e aformoseados com o decorrer dos séculos –, a Praça do Palácio se destacava pela situação de dilatação espacial resultante da grande janela aberta ao cenário natural da baía, constituindo um dos mais belos panoramas capturados na parte superior da cidade.

Sabe-se que, nas primeiras décadas após a fundação, a face oeste da atual Praça Tomé de Souza estava totalmente liberada, abrindo-se ao vazio que expunha o panorama para a baía, como fica claro no relato de Gabriel Soares de Souza de 1584: “Está no meio desta cidade uma honesta praça, [...] a qual da banda do poente está desafogada com uma grande vista para o mar onde estão assentadas algumas peças de artilharia pesada, donde a terra vai muito a pique sobre o mar ao longo do qual rochedo mui áspero” (apud FLEXOR; PARAGUAÇU, 2001, p. 105). Contudo, para além deste primeiro instante do desenvolvimento urbano de Salvador, com o decorrer dos anos, construções ligadas à administração pública foram obstruindo a vista, parcialmente ou mesmo totalmente – com destaque para a Casa da Relação e a Casa da Assembleia Provincial.

10. Poder-se-iam citar: a fachada da Igreja da Conceição da Praia (em alguns momentos da sua história, parcialmente interrompida); o frontispício da Igreja do Mosteiro de São Bento; o campanário da Igreja da Santa Casa da Misericórdia; o imponente fundo, bem como as baixas torres, da igreja dos jesuítas; a grande concentração de torres formada a norte pela conjugação das vistas da Igreja do Santíssimo Sacramento do Passo, além das Ordens Primeira e Terceira do Carmo; o par de campanários da Capela do Boqueirão; a torre única da Matriz de Santo Antônio Além do Carmo – só para expor algumas daquelas igrejas encravadas no topo da falésia ou no campo de visão do núcleo central.

Figura 3: Elevação em prospectiva das Fortalezas da entrada da Barra da Bahia, ao Sul, vista de terra para o mar, oposta, regulando comparativamente, as suas partes. Desenho de Eques Carvalho, provavelmente do último quartel do século XVIII. Na imagem, acima, aparece o Forte de Santo Antônio da Barra, na entrada da baía, na Ponta do Padrão, já com o primeiro farol. A imagem debaixo, por sua vez, mostra a Praia do Porto da Barra com o Forte de Santa Maria, à esquerda, o de São Diogo, à direita e acima, a Igreja de Santo Antônio da Barra. Também revela, ao centro, o povoado da Vila Velha do Pereira



Fonte: Reis Filho (2000, p. 52).

Esta situação de clausura da Praça Municipal duraria mais de dois séculos quando, na segunda metade do XIX, a face oeste do largo foi gradativamente reaberta com a intenção de ampliar a praça e liberar a vista para o mar. Segundo Consuelo Sampaio (2005, p. 69), o presidente da Província da Bahia, Francisco Gonçalves Martins, futuro Visconde de São Lourenço, em 1852 “[...] afirmou que, para ‘o aformoseamento da Cidade’, seria necessário ‘demolir o edifício da Relação e a Casa da Assembléia Provincial’. [...] Esta sugestão do visconde precedeu, em 17 anos, o pedido de demolição da Casa da Relação feito por Antônio de Lacerda, em 1869, para a construção do Elevador Hidráulico da Conceição”. Ou seja, na década de 1870 o espaço já se veria totalmente liberado em sua face ocidental – também atendendo ao objetivo de permitir a edificação do primeiro ascensor hidráulico da cidade.

Para a vista do frontispício, as demolições colocaram este trecho do núcleo central em profundo destaque, já que, anteriormente, a Praça do Palácio era muito pouco reconhecível nos panoramas – por estar perdida nos fundos das edificações que compunham a crista da falésia. A torre central da Casa de Câmara e Cadeia passará a despontar no eixo central da janela aberta ao mar com a demolição das construções que encerravam a praça – na mesma linha em que aparecerá, logo à frente, a estrutura do Elevador da Conceição. Desta forma, o poder oficial, simbolicamente comandado pelo Paço Municipal e

pelo Palácio dos Governadores, disputará espaço com a imagem secular da antiga Sé – que na época não era mais a Catedral de Salvador. Para além disso, a derrubada da Casa da Relação e da Casa da Assembleia Provincial, somadas ao vasto plano de construção do conjunto pombalino do Cais das Amarras, demonstram como as ações de remodelamento urbano do século XIX contribuíram, imensamente, para ampliar o caráter cenográfico da paisagem de Salvador (Figura 4).

Figura 4: Sequência de fotografias do século XIX mostrando intervenções urbanas do início e meados dos Oitocentos, bem como seu impacto nos panoramas capturados do frontispício da cidade. Acima, à esquerda: o Cais das Amarras, com sua arquitetura pombalina regular. Notar, ao fundo, a antiga Alfândega, atual Mercado Modelo. Fotografia de Benjamin Mulock, 1860. Acima, à direita: a Rua Nova do Comércio, onde se percebe, à esquerda, seqüência de edificações que outrora faziam parte do Cais da Farinha; do lado oposto, os altos sobrados de cinco pavimentos do Cais das Amarras. Fotografia de Benjamin Mulock, 1860. Ao meio: Imagem do frontispício de Salvador, com destaque para o conjunto regular do Cais das Amarras e, na crista da encosta, a arquitetura irregular do fundo das edificações encravadas na falha geológica. Também em grande destaque aparece a antiga Catedral da Sé, voltada de frente para a Baía de Todos os Santos. Fotografia de Benjamin Mulock, 1860. Abaixo: panorama do frontispício de Salvador com destaque à janela aberta na segunda metade do século XIX que liberou a vista Praça do Palácio; no eixo do vazio da Praça coincidem o Elevador da Conceição e a torre da Casa de Câmara e Cadeia. Fotografia de Marc Ferrez, 1875.



Fonte: Ferrez (1988, p. 41, 44, 32, 133).

Referências

FERREZ, G. **Bahia: velhas fotografias 1858-1900**. Rio de Janeiro: Kosmos; Salvador: Banco da Bahia Investimentos, 1988.

FLEXOR, M. H. O.; PARAGUAÇU, M. **A Praça Municipal da cidade de Salvador**. In: TEIXEIRA, M. C. (Org.). **A praça na cidade portuguesa**. Lisboa: Livros Horizonte, 2001. p. 103-120.

MOREIRA, R. **O arquiteto Miguel Arruda e o primeiro projeto para Salvador**. **Anais do IV Congresso de História da Bahia**, Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHBA) e Fundação Gregório de Matos (FGM), v. 1, p. 123-147, 2001.

NICOLINI, A. **El tipo urbano cuadrangular en el espacio y en el tiempo de los Andes sudamericanos**. In: _____. **Repenser les limites: l'architecture à travers l'espace, le temps et les disciplines**. Paris: l'Institut national d'histoire de l'art (Paris) et la Society of Architectural Historians (Chicago), 2005.

PYRARD DE LAVAL, F. **Viagem de Francisco Pyrard de Lavall (1601 a 1611)**. Vertida do Francez em Portuguez sobre Edição de 1679. Correcta acrescentada com algumas notas por Joaquim Heliodoro de Cunha Rivara. Nova Goa: Imprensa Nacional, 1862.

REBOUÇAS, D.; FILHO, G. **Salvador da Bahia de Todos os Santos**. Salvador: Fundação Oldebrecht, 1985.

REIS FILHO, N. G. **Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, FAPESP, 2000.

REIS FILHO, N. G. **Evolução urbana no Brasil: 1500-1720**. São Paulo: Pini, 2001.

REIS FILHO, N. G. **Notas sobre o urbanismo barroco no Brasil**. In: ÁVILA, Afonso (Org.). **Barroco: teoria e análise**. São Paulo: Perspectiva, 1997. p. 217-232.

RODRIGUES, J. H. **História e historiografia**. Petrópolis: Vozes, 1970.

SAMPAIO, C. **Cinqüenta anos de urbanização: Salvador da Bahia no século XIX**. Rio de Janeiro: Versal, 2005.

SIMAS FILHO, A. (Coord.). **Evolução física de Salvador: 1549-1800**. Salvador: Centro de Estudos de Arquitetura da Bahia (CEAB) e Fundação Gregório de Matos (FGM), 1998.

